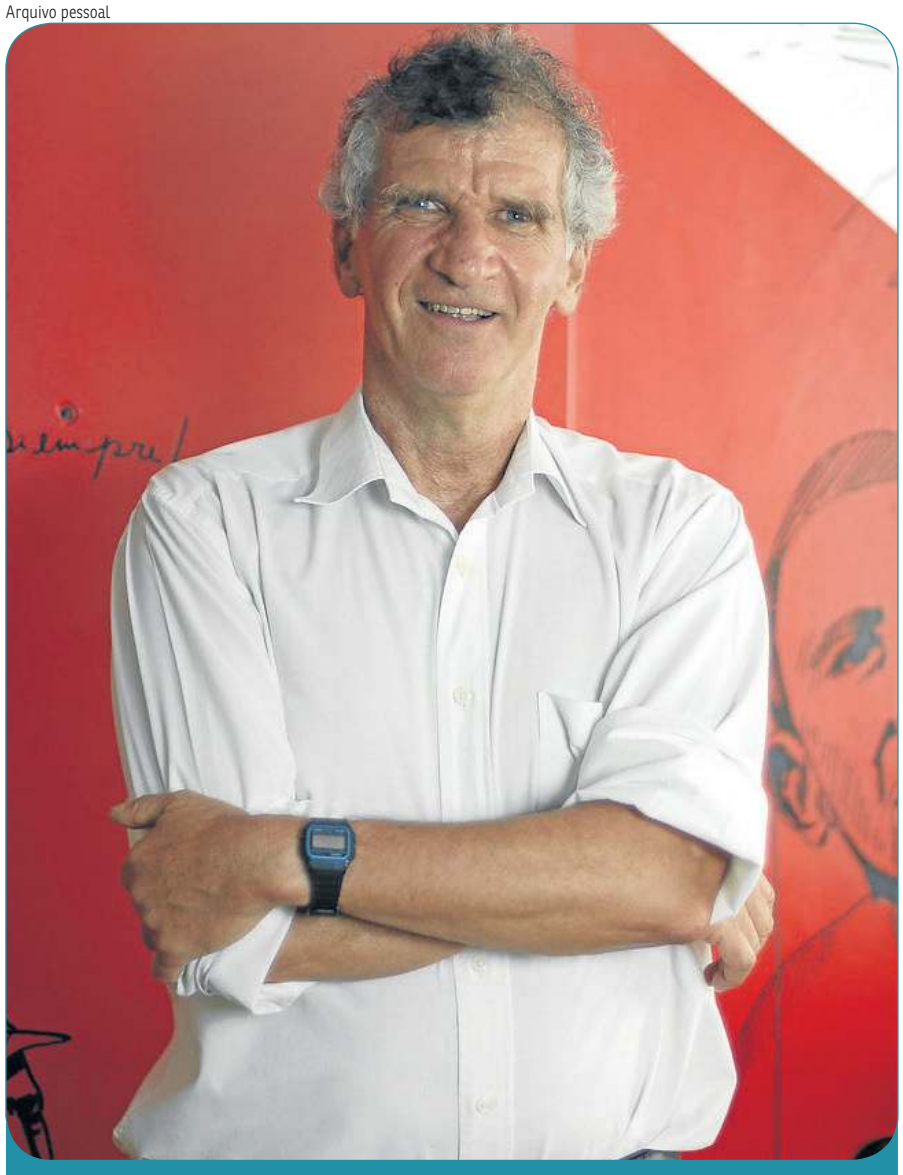
Renda caiu ao longo dos anos

Ao longo das últimas décadas, houve redução significativa dos valores das aposentadorias. Conforme explicação do ex-secretário nacional da Previdência Complementar Paulo Kliass, houve vários processos para a contenção do teto da aposentadoria. Os valores dos benefícios mínimos, que deveriam ser iguais ao piso salarial, não eram em razão da contenção.

Kliass explica que o fator previdenciário, introduzido em uma das reformas da Previdência, fez com que as exigências para se alcançar o direito de aposentadoria ficassem mais rígidas, e as pessoas, quando iam se aposentar, tinham o valor do benefício reduzido em razão desse mecanismo.

"O fato concreto é que a renda das pessoas, em geral, e dos aposentados do RGPS (Regime Geral de Previdência Social) foi sendo diminuída. E, com o aumento do custo de vida, todos se percebem na situação de que, se continuassem só recebendo a aposentadoria, teriam menos do que se estivessem ainda trabalhando", esclarece.

Arquivo pessoal



Especialista em políticas públicas e gestão governamental, Paulo Kliass avalia desaposentadoria como benéfica

Por outro lado, Kliass explica que o indivíduo, ao notar que a aposentadoria recebida está sendo muito baixa, acaba indo para a informalidade para complementar a renda do mês. "A pessoa tem uma renda assegurada pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), mas se sujeita a outros mecanismos de trabalho", pontua.

Do ponto de vista filosófico, segundo o especialista, isso é "uma completa deturpação". "Essa pessoa já teria direito a não trabalhar, essa é a ideia da aposentadoria. Por contingências de planos históricos, contenções e reformas da Previdência, a renda paga pelo INSS não assegurar as despesas da da pessoa e de sua família", analisa.

Há, provavelmente, na visão de Paulo, falta de vontade do governo de reconhecer que a aposentadoria não está funcionando da maneira como deveria. Ele explica que, se o projeo de desaposentadoria for aprovado e, no dia seguinte tiver grande quantidade de pedidos de revisão dos benefícios, significará que os problemas que deveriam ter sido resolvidos com o RGPS não foram.

Três perguntas para / Paulo Kliass

Como esse projeto beneficiará pessoas que já estão aposentadas?

O projeto que está em tramitação no Senado há oito anos, significa que há, obviamente, alguma resistência. Pela legislação, hoje em dia, quem está aposentado oficialmente não pode trabalhar, então, a pessoa tem que permanecer trabalhando na informalidade, sem registro, com todos os problemas que isso representa. Então, na verdade, o que o projeto do senador Paulo Paim faz é trazer para a institucionalidade, para a legalidade essa situação que afeta milhões de brasileiros.

O que muda na lei?

É um artigo que o senador propõe que seja incluído na lei 8.213, que, junto com a lei 8.212, são os dois instrumentos legais que regem a aposentadoria do regime geral da previdência social, o chamado INSS. E, simplesmente, esse projeto introduz essa possibilidade.

Por que isso é necessário?

Porque o Supremo Tribunal Federal havia julgado em algumas situações essa realidade. A pessoa aposentada do RGPS, que queria continuar trabalhando, pedia para dar uma interrupção no seu processo de aposentadoria, então, isso pode ser chamado de desaposentação.É uma palavra feia, por isso, o Paulo Paim chama de desaposentadoria. Então, como o Supremo dizia que essa demanda não era possíve,l porque não havia previsão legal, o senador resolveu dar uma previsão legal para dar amparo jurídico a uma realidade que é necessária.